

## OS AVANÇOS DA CÂMARA TEMÁTICA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO RURAL NOROESTE PAULISTA NO ANO DE 2011

Luciana Carvalho de Oliveira<sup>1</sup>

Flaviana Cavalcanti da Silva<sup>2</sup>

Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>3</sup>

Douglas de Araujo Gonzaga<sup>4</sup>

Murilo Didonet de Moraes<sup>5</sup>

### Resumo

A política de desenvolvimento territorial no Brasil é aplicada desde o ano de 2003, quando o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente o Programa conta com 164 territórios, sendo cinco localizados no Estado de São Paulo. Entre estes encontra-se o Território Rural Noroeste Paulista, composto por 36 municípios localizados na região noroeste do estado. O Território se organiza através do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Noroeste Paulista (CODETER-NP), constituído por organizações representativas dos agricultores familiares, representantes do poder público, organizações não governamentais e outras entidades e sua estrutura é composta por plenário, comissão executiva, núcleo técnico e câmaras temáticas. Este trabalho tem como objetivo analisar a organização e os avanços da Câmara Temática de Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente por meio da descrição das atividades realizadas durante o ano de 2011 pela mesma. A Câmara teve como foco discussões e ações sobre assuntos de importância para os agricultores familiares do Território, dentre eles a dificuldade frente a obrigatoriedade da apresentação do termo de outorga do uso da água a instituições bancárias para fins de financiamento de atividades agrícolas, entre outras atividades descritas no trabalho. A realização destas atividades significou um avanço desta Câmara, pois a mesma proporcionou o encaminhamento de propostas para os problemas apresentados pelos agricultores familiares. Entretanto a organização da Câmara não se fortaleceu e as dificuldades na mobilização dos atores sociais ainda deve ser o foco principal na realização das atividades no Território.

**Palavras chaves:** Território Rural, Agricultura Familiar, organização rural, desenvolvimento territorial

---

<sup>1</sup>Engenheira Florestal graduada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV e mestranda em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - FEIS – Unesp (luci.ca@hotmail.com).

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - FEIS – Unesp, mestre em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp e doutoranda em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (flaviana\_cavalcanti@hotmail.com).

<sup>3</sup> Profº Drº em Sociologia da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira-FEIS – Unesp (lazaroz@agr.feis.unesp.br).

<sup>4</sup> Engenheiro Agrônomo graduado pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – FEIS – Unesp e mestrando em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (dougsgonzaga@gmail.com).

<sup>5</sup> Engenheiro Agrônomo graduado pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat e mestrando em Agronomia ênfase em Sistemas de Produção pela FEIS – Unesp (murilonx@hotmail.com).

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil a inclusão da abordagem territorial na formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural é relativamente recente e é resultado de um processo de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil que consideraram necessária a articulação de políticas com iniciativas locais objetivando melhorar a qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro e contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas (BRASIL, 2003).

Esta nova abordagem vem proporcionando um novo olhar sobre o papel dos espaços rurais nos processos de desenvolvimento econômico, tanto do ponto de vista produtivo, quanto das dimensões sociais e culturais existentes (MEDEIROS; DIAS, 2011).

A política de desenvolvimento territorial do País vem sendo aplicada desde o ano de 2003, quando o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Pronat foi implementado, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e posteriormente coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Atualmente o Programa abrange 164 territórios rurais em todo o País e tem como objetivo apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa, buscando promover cada vez mais o protagonismo destes atores para construção e governança do desenvolvimento de seus territórios (BRASIL, 2012a).

Com o objetivo de contribuir para os estudos territoriais, este trabalho visou analisar a organização e os avanços da Câmara Temática de Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Noroeste Paulista – CODETER – NP, durante o ano de 2011.

## **2 PRONAT**

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais teve sua elaboração fundamentada nas múltiplas dimensões do desenvolvimento e foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia, mediante quatro eixos estratégicos: a gestão social dos territórios, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e articulação interinstitucional (BRASIL, 2010a).

Como consequência, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou no ano de 2004 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a coordenar o Programa e unificou a política de promoção de desenvolvimento dos territórios rurais. A SDT considera os territórios rurais como espaços de integração, articulação e representação de uma diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que neles se manifestam, visando estimular e favorecer a coesão social e territorial, ou seja, adotou-se um enfoque territorial para o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2003).

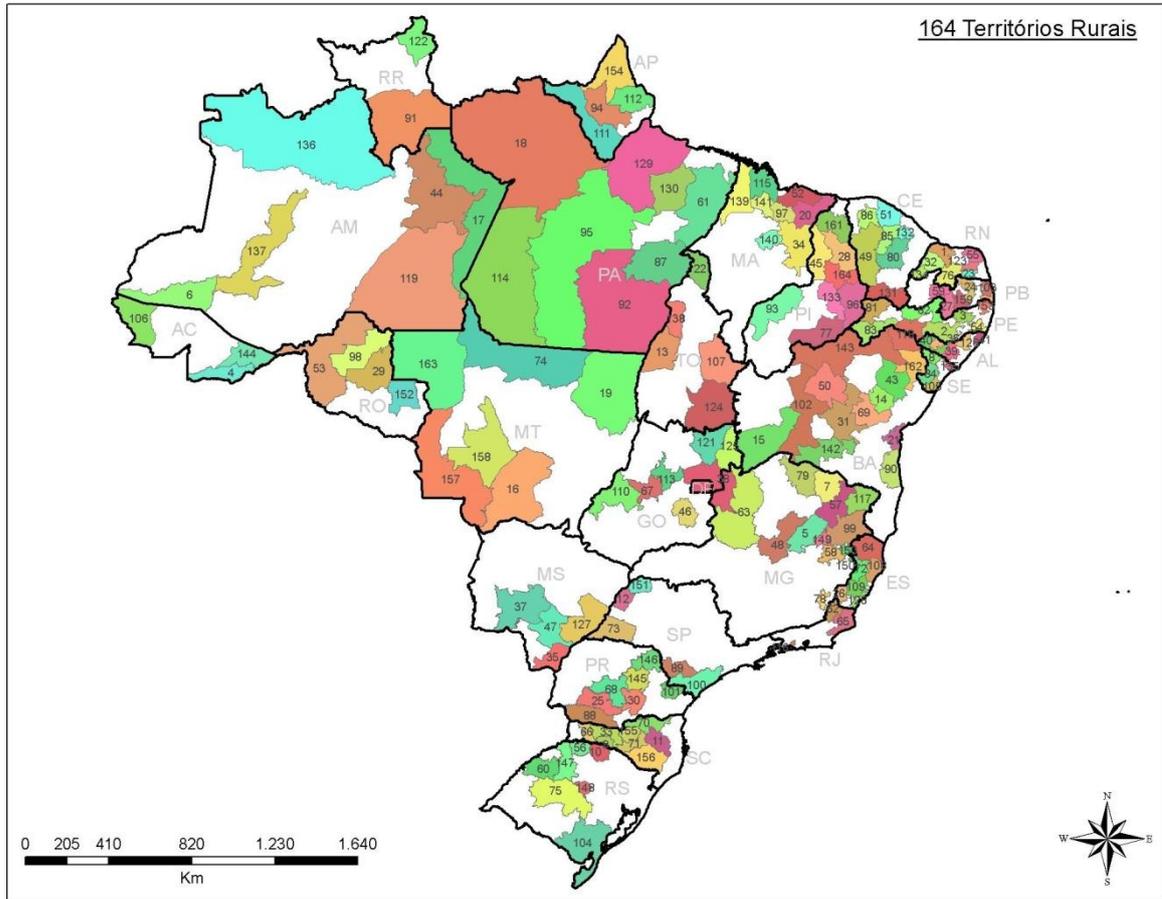
Tendo a abordagem territorial como base do Programa, a SDT/MDA passou a identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elementos aglutinadores e promotores do desenvolvimento sustentável e também estabeleceu critérios de ruralidade, possibilitando analisar desde a concepção de densidade e quantitativo populacional como a predominância de agricultura familiar (ECHEVERRI, 2010).

A partir destes critérios foram definidos os primeiros 40 territórios e desde então outros foram delimitados e atualmente são reconhecidos 164 territórios (Figura 1) distribuídos por todo o País. Destes, 120 foram transformados em Territórios da Cidadania<sup>6</sup> e os outros 44 são considerados Territórios Rurais. No estado de São Paulo encontram-se cinco territórios, sendo três territórios da cidadania (Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira) e dois territórios rurais (Noroeste Paulista e Andradina) (BRASIL, 2012b).

---

<sup>6</sup> Programa criado pelo Governo Federal em 2008 que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais>).

Figura 1- Localização dos 164 Territórios distribuídos no Brasil.



**Legenda**

Brasil	032 - Sertão Do Apodi - RN	066 - Oeste Catarinense - SC	100 - Vale Do Ribeira - SP	134 - Alto Oeste - RN
<b>Territórios Rurais</b>	033 - Meio Oeste Contestado - SC	067 - Vale Do Rio Vermelho - GO	101 - Vale Do Ribeira - PR	135 - Baixo São Francisco - SE
<b>Cod - TR - UF</b>	034 - Cocais - MA	068 - Paraná Centro - PR	102 - Velho Chico - BA	136 - Rio Negro da Cidadania Indígena - AM
001 - Açú-Mossoró - RN	035 - Cone Sul - MS	069 - Piemonte Do Paraguaçu - BA	103 - Zona Da Mata Norte - PB	137 - Médio Juruá - AM
002 - Agreste Meridional - PE	036 - Da Baía Lesteira - AL	070 - Planalto Norte - SC	104 - Zona Sul Do Estado - RS	138 - Médio Araguaia - TO
003 - Agreste Central - PE	037 - Da Reforma - MS	071 - Planalto Catarinense - SC	105 - Sul Sergipano - SE	139 - Alto Turi e Gurupi - MA
004 - Alto Acre e Capixaba - AC	038 - Das Águas Emendadas - DF/GO/MG	072 - Pólo Coaitina - ES	106 - Vale Do Juruá - AC	140 - Médio Mearim - MA
005 - Alto Jequitinhonha - MG	039 - Do Agreste - AL	073 - Portal Do Parapananema - SP	107 - Jalapão - TO	141 - Campo e Lagos - MA
006 - Alto Juruá - AM	040 - Do Alto Sertão - AL	074 - Portal Da Amazônia - MT	108 - Jupanará - ES	142 - Sertão Produtivo - BA
007 - Alto Rio Pardo - MG	041 - Do Litoral Norte - AL	075 - Região Central - RS	109 - Das Montanhas e Águas do Espírito - ES	143 - Sertão do São Francisco - BA
008 - Alto Sertão - SE	042 - Do Médio Sertão - AL	076 - Sertão - RN	110 - Médio Araguaia - GO	144 - Baixo Acre - AC
009 - Alto Uruguai - SC	043 - Do Sisal - BA	077 - Serra Da Capivara - PI	111 - Sul Do Amapá - AP	145 - Caminhos do Tibagi - PR
010 - Alto Uruguai - RS	044 - Manaus e Entorno - AM	078 - Serra do Brigadeiro - MG	112 - Dos Lagos - AP	146 - Norte Pioneiro - PR
011 - Alto Vale do Itajaí - SC	045 - Entre Rios - PI	079 - Serra Geral - MG	113 - Vale Do São Patrício - GO	147 - Noroeste Colonial - RS
012 - Andradina - SP	046 - Estrada De Ferro - GO	080 - Sertão Central - CE	114 - BR 163 - PA	148 - Centro Serra - RS
013 - Apa Cantão - TO	047 - Grande Dourados - MS	081 - Sertão do Araripe - PE	115 - Baixada Ocidental - MA	149 - Alto Saçu Grande - MG
014 - Baía Do Jacuípe - BA	048 - Sertão de Minas - MG	082 - Sertão Do Pajau - PE	116 - Baía de Ilha Grande - RJ	150 - São Mateus - MG
015 - Baía Do Rio Corrente - BA	049 - Inhamuns Crateús - CE	083 - Sertão Do São Francisco - PE	117 - Baixo Jequitinhonha - MG	151 - Noroeste Paulista - SP
016 - Baixada Cuabana - MT	050 - Irecê - BA	084 - Sertão Ocidental - SE	118 - Itaipica - BA/PE	152 - Rio Machado - RO
017 - Baixo Amazonas - AM	051 - Vales do Curu e Aracatiaguá - CE	085 - Sertões De Canindé - CE	119 - Madeira - AM	153 - Mata Norte - PE
018 - Baixo Amazonas - PA	052 - Lençóis Maranhenses/Murin - MA	086 - Sobral - CE	120 - Zona Da Mata Sul - PB	154 - Extremo Norte - AP
019 - Baixo Araguaia - MT	053 - Madeira Mamoré - RO	087 - Sudeste Paraense - PA	121 - Chapada dos Veadeiros - GO	155 - Alto Vale do Rio do Peixe - SC
020 - Baixo Parnaíba - MA	054 - Mata Sul - PE	088 - Sudoeste Paraense - PR	122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marco	156 - Serra Catarinense - SC
021 - Baixo Sul - BA	055 - Mato Grande - RN	089 - Sudoeste Paulista - SP	123 - Potengi - RN	157 - Grande Cárceas - MT
022 - Bico Do Papagaio - TO	056 - Médio Alto Uruguai - RS	090 - Litoral Sul - BA	124 - Sudeste - TO	158 - Alto Paraguai - MT
023 - Trairi - RN	057 - Médio Jequitinhonha - MG	091 - Sul De Roraima - RR	125 - Vale do Paraná - GO	159 - Canil Oriental - PB
024 - Borborema - PB	058 - Médio Rio Doce - MG	092 - Sul Do Pará/Alto Xingu - PA	126 - Mata Alagoana - AL	160 - Curimatá - PB
025 - Cantuquinguá - PR	059 - Médio Sertão - PB	093 - Tabuleiros Do Alto Parnaíba - PI	127 - Vale do Ipiranga - MS	161 - Cocais - PI
026 - Capanga - ES	060 - Missões - RS	094 - Centro Oeste - AP	128 - Sul Litorâneo - ES	162 - Semi-árido Nordeste II - BA
027 - Cariri Ocidental - PB	061 - Nordeste Paraense - PA	095 - Transamazônica - PA	129 - Marajó - PA	163 - Noroeste - MT
028 - Carnaubais - PI	062 - Noroeste - RJ	096 - Vale Do Guanabá - PI	130 - Baixo Tocantins - PA	164 - Vale do Sambito - PI
029 - Central - RO	063 - Noroeste De Minas - MG	097 - Vale Do Itapecuru - MA	131 - Cariri - CE	
030 - Centro Sul - PR	064 - Norte - ES	098 - Vale Do Jarami - RO	132 - Baturité - CE	
031 - Chapada Diamantina - BA	065 - Norte - RJ	099 - Vale Do Mucuri - MG	133 - Vale do Canindé - PI	

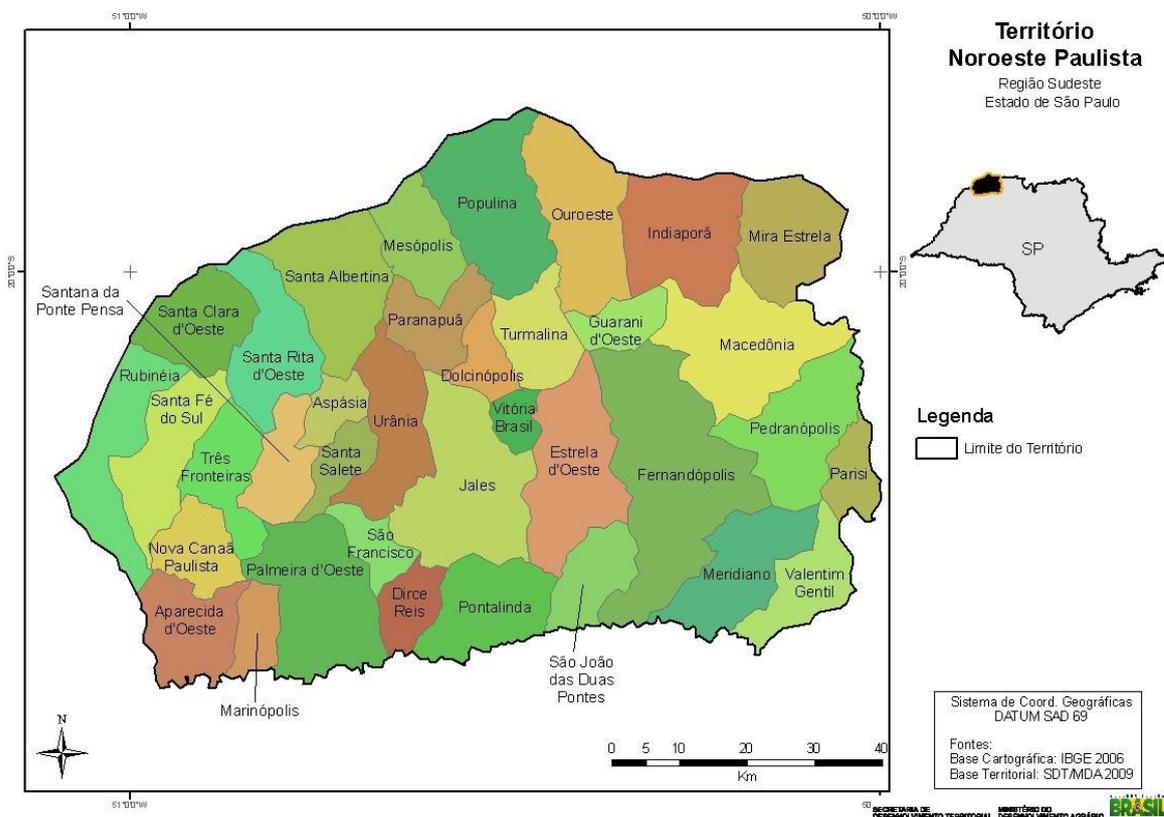
Fonte: BRASIL (2009).



### 3 TERRITÓRIO NOROESTE PAULISTA

O Território Noroeste Paulista foi homologado em 31 de outubro de 2007 e é composto por 36 municípios, a saber: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaiaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, Santa Saete, São Francisco, São João das Duas Pontes, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil e Vitória Brasil (Figura 2). Este território também é integrante da política de desenvolvimento territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA que iniciou suas ações na região no ano de 2009 (BRASIL, 2010b).

Figura 2 - Limites territoriais dos 36 municípios pertencentes ao Território Noroeste Paulista (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.



Fonte: BRASIL (2009).

O Território se organiza através do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Noroeste Paulista (CODETER-NP) e é constituído por organizações representativas dos agricultores familiares, pescadores e aquicultores, representantes do poder público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, organizações não governamentais e outras entidades envolvidas no processo de desenvolvimento territorial pertencentes aos municípios listados acima.

O CODETER-NP, conforme o regimento interno aprovado em assembleia se estrutura através de um Plenário, uma Comissão Executiva (CE), um Núcleo Técnico (NT) e três Câmaras Temáticas (CT). São elas: 1) Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente; 2) Pesca e Aquicultura e 3) Desenvolvimento Social, Saúde e Educação. Estas Câmaras Temáticas foram criadas para terem autonomia para discutir e deliberar a respeito dos temas pertinentes a sua área. No interior das mesmas podem ser criados Grupos de Trabalho, Comissões, entre outras instâncias de caráter provisório, com o objetivo de executar uma tarefa específica.

Para o desenvolvimento do Território, o Colegiado tem como principal instrumento de apoio à gestão social, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDRS, o qual representa um documento norteador da aplicação da política de desenvolvimento territorial. No Território Noroeste Paulista, o PTDRS foi elaborado coletivamente a partir de duas jornadas realizadas com este propósito, entre os meses de novembro de 2011 e fevereiro de 2012, com a participação de diversos atores territoriais. O PTDRS:

[...] busca através da elaboração de um diagnóstico participativo e de propostas estratégicas colaborar com o planejamento dos territórios rurais, cooperando consequentemente para o monitoramento e avaliação das ações por parte dos Colegiados Territoriais (BRASIL, 2010b).

#### **4 CÂMARA TEMÁTICA DE AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR, TURISMO E MEIO AMBIENTE**

A Câmara Temática em questão foi implantada em 19 de agosto de 2010 e é de caráter permanente. Esta instância tem como foco assuntos referentes à agricultura familiar, à segurança alimentar, ao turismo e ao meio ambiente.

Esta Câmara é composta por 12 representantes que são distribuídos de forma paritária entre sociedade civil e poder público. Estes integrantes são representantes do Plenário do

Colegiado Territorial que se responsabilizam pela interação de ambas as instâncias e também por integrantes representantes de organizações que não foram eleitos/indicados para fazer parte do Plenário, mas que podem contribuir, substancialmente, com as discussões, articulações, estudos, pesquisas e ações em torno dos temas propostos para essa Câmara (BRASIL, 2010c).

Segundo o regimento interno, disponibilizado pelo Coordenador do CODETER-NP, as Câmaras Temáticas tem as seguintes atribuições:

I - Fazer diagnósticos dos diferentes setores de importância para o território; II- Apresentar sugestões para projetos junto ao Núcleo Técnico; III – Analisar e aprovar os projetos apresentados encaminhando-os à Comissão Executiva.

## **5 METODOLOGIA**

O presente trabalho baseou-se nas atividades realizadas pela Câmara Temática de Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Noroeste Paulista, no período de fevereiro a novembro do ano de 2011.

A metodologia utilizada na realização deste artigo consistiu num levantamento bibliográfico associado à análise dos relatórios dos trabalhos exercidos pela empresa conveniada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, “*Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços*”, no Projeto de Apoio à Gestão Social, para a qual a primeira autora deste trabalho prestou consultoria como assessora técnica do Território Noroeste Paulista (ATT), durante o período citado.

A partir dos relatórios foram levantadas as atividades realizadas pela Câmara e para a análise da organização e dos avanços desta foram utilizadas também anotações de caderno de campo e algumas observações quanto à articulação na realização das atividades e a mobilização dos atores resultante deste período em estudo.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o ano de 2011, as discussões e ações da Câmara Temática de Agricultura Familiar envolveram três assuntos relevantes para os agricultores familiares do Território, os quais serão apresentados abaixo de maneira cronológica.

## **6.1 Dificuldade de acesso aos financiamentos para atividades agrícolas, frente à obrigatoriedade da apresentação do termo de outorga do uso da água a instituições bancárias.**

Durante a II Jornada de Elaboração do PTDRS, realizada durante o mês de fevereiro, foi levantado pelo Plenário a necessidade de se discutir sobre a dificuldade enfrentada pelos pequenos e médios agricultores no acesso aos financiamentos junto às instituições bancárias, frente à obrigatoriedade da apresentação do termo de outorga do uso da água a estas e o alto custo para sua aquisição.

No intuito de discutir e encaminhar ações, foram realizadas diversas reuniões da Câmara, nas quais tiveram presentes representantes de sindicato de trabalhadores rurais, cooperativas e associações de agricultores e produtores rurais, técnicos da assistência técnica e extensão rural, técnicos de instituições de pesquisa e de diversos setores do poder público municipal, o que foi possível observar através dos registros nas listas de presença utilizadas. Também verificou-se grande rotatividade dos participantes e, em algumas reuniões, uma baixa participação.

Diante de tal situação, os participantes da Câmara propuseram a elaboração de um ofício solicitando providências para que os pequenos e médios produtores rurais do Território não fossem prejudicados pelo Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996, do Governo do Estado de São Paulo, e Portaria DAEE nº 717/96, de 12/12/96, em relação à obrigatoriedade da apresentação do termo de outorga do uso da água a instituições bancárias para fins de financiamento de atividades agrícolas e sugerindo um estudo, a exemplo do Estado do Paraná, no qual através da Portaria do Instituto das Águas do Paraná 006/2011, de 31/01/2011, ficaram dispensados da apresentação do Termo de Outorga<sup>7</sup> para fins de financiamento, diversas propriedades rurais de pequeno porte do Estado. Tal pedido se justificou em função de que atualmente para um pequeno produtor regularizar a sua situação e possuir um Termo de Outorga do uso da água para irrigação, gastará entre três e oito mil reais, o que se torna inviável, uma vez que a maioria dos financiamentos utilizados pelos pequenos produtores estão nesta faixa de valor.

---

<sup>7</sup> Nos termos da Resolução nº 39 de 26/11/2004 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná, o termo de outorga foi substituído por uma auto-declaração de uso independente de outorga, que é válido para as captações e derivações não tratadas até o limite de 43 mil litros de água por dia, consideradas como de uso insignificante.

Este ofício foi encaminhado em nome do CODETER-NP, de algumas Prefeituras Municipais, Casas da Agricultura e organizações da sociedade civil do Território Noroeste Paulista, às autoridades competentes dos órgãos listados a seguir: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SP (SAA-SP); Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SP (SMA-SP); Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos – SP (SSRH-SP); Superintendência do Departamento de Águas e Energia Elétrica-SP (DAEE-SP); Comitê da Bacia Hidrográfica do São José dos Dourados; Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo-Grande; Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Governo do Estado de São Paulo e Superintendência Regional do Banco do Brasil- Bauru-SP, no intuito de conseguir uma alteração na legislação.

Durante o processo de elaboração e envio dos ofícios, os atores encontraram algumas dificuldades, principalmente na coleta destes documentos assinados pelos responsáveis, o que resultou em mudanças no prazo determinado para encaminhamento, entretanto, ainda assim, foi possível reunir um grande número de ofícios.

Apesar dos esforços dos atores territoriais, os resultados obtidos não foram significantes, já que somente o MDA, a SMA-SP, a SAA-SP e a SSRH-SP indicaram estar cientes da situação. As Secretarias citadas acima foram representadas através de ofícios enviados pelo DAEE-SP, no qual informava que este órgão juntamente com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a SAA e o Banco do Brasil estavam discutindo procedimentos para simplificar a obtenção da licença ambiental e das outorgas para usuários rurais, irrigantes, pecuaristas, piscicultores, entre outros.

## **6.2 Ausência do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) no serviço de defesa sanitária dos pomares, no controle do cancro cítrico nas propriedades rurais e a possibilidade de aumento da doença na cultura.**

Em reunião da Câmara Temática de Agricultura Familiar realizada no mês de abril, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales, representante da Câmara, colocou como assunto de pauta a preocupação de alguns agricultores quanto à ausência do Fundecitrus na inspeção sanitária das propriedades rurais com citricultura e o possível aumento na incidência de doenças nesta cultura, ao considerar que a região Noroeste Paulista possui grande potencial citrícola.

O Fundecitrus é uma associação mantida pelos citricultores, o qual através de um convênio com o Governo do Estado de São Paulo fiscalizava os pomares como serviço

público, o que permitia um controle da doença cancro cítrico. Entretanto com o fim do convênio este serviço extinguiu-se e a fiscalização tornou-se de responsabilidade do próprio citricultor, o que resultou na proliferação da doença em muitos locais. Esta situação se tornou de grande preocupação entre muitos produtores, o que gerou muitas dúvidas sobre a atuação do Fundecitrus e a possibilidade de retorno do serviço.

Diante de tal situação, os representantes da Câmara decidiram que este deveria ser um assunto prioritário a ser tratado no Território e propôs-se a realização de uma reunião ampliada da Câmara Temática de Agricultura Familiar para a discussão deste assunto. A demanda foi apresentada à Comissão Executiva (CE) pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales, representante também desta comissão e devido à dificuldade em mobilizar e organizar os representantes desta Câmara, a Comissão Executiva acabou por se responsabilizar pelo planejamento e organização da reunião.

Inicialmente a reunião foi agendada para o fim do mês de junho e programou-se uma pauta com o objetivo de atingir os produtores, técnicos e dirigentes do setor público, entretanto devido a uma sobrecarga de atividades da coordenação, a proporção atingida pela programação e o grande número de pessoas a serem convidadas, a reunião foi reagendada algumas vezes e para garantir a sua realização constituiu-se uma Comissão Organizadora com representantes dos produtores, sindicatos, prefeituras, comércio e órgãos de pesquisa e assistência técnica.

Com a Comissão formada, o evento teve sua programação definida com o objetivo de encetar a discussão sobre a citricultura na região, com foco sobre a incidência de doenças bacterianas na citricultura no Território e a ausência de inspeção nas propriedades produtoras de citros. No início do mês de outubro foi realizado no município de Jales o I Ciclo de Discussões sobre a Citricultura no Território de Desenvolvimento Noroeste Paulista, o qual contou com a participação, em sua programação, de representantes do CODETER-NP, do Fundecitrus, da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O público presente no Evento foi de aproximadamente 80 pessoas, entre representantes de órgãos públicos municipais e estaduais, entidades de agricultores e citricultores e membros do CODETER-NP.

Apesar do expressivo número de participantes, houve uma baixa participação dos agricultores, os quais deveriam ter se destacado entre o público presente. A causa da baixa participação de citricultores pode ter sido a dificuldade de transporte até o município de realização do evento, já que houve uma ampla divulgação deste em diversos municípios do Território.

Ao final do evento, devido à relevância do assunto no Território, formou-se um Grupo de Trabalho Permanente em Defesa da Citricultura no Território, com os participantes interessados, que teve como tarefa inicial elaborar propostas para serem encaminhadas as autoridades competentes, visando resolver o problema do aumento de doenças nas áreas citrícolas do Território. Este mesmo Grupo, em reunião posterior elencou assuntos prioritários a serem discutidos futuramente, entretanto as atividades posteriores realizadas não tiveram o acompanhamento da assessoria territorial devido à suspensão das atividades do convênio MDA/Plural<sup>8</sup>, o que prejudicou o desenvolvimento das mesmas.

### **6.3 Necessidade de implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Território Noroeste Paulista.**

A demanda em promover a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Território surgiu durante a elaboração do PTDRS e foi definida como ação a ser efetivada por meio da realização de atividades, que estimulassem a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios pertencentes ao Território. Desta maneira, na elaboração do planejamento anual das atividades do Colegiado foram propostas duas oficinas para contemplar esta demanda. Uma para mobilizar os municípios e levantar informações sobre o SUASA e outra para efetivar a implantação do sistema no Território.

No intuito de efetuar a ação, durante o mês de abril, o Coordenador do CODETER-NP e a ATT iniciaram os contatos com a Delegacia Federal do MDA no Estado de São Paulo (DFDA-SP) e a SDT, solicitando apoio na realização de um evento como objetivo de introduzir este assunto no Território. Diante desta situação e o apoio de poucos representantes da Câmara Temática de Agricultura Familiar e da Comissão Executiva foi realizada no mês de maio a Reunião Ampliada de Apresentação e Discussão do SUASA no Território Noroeste Paulista.

A reunião contou com a presença de um consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual apresentou o SUASA e enfatizou a sua importância no desenvolvimento dos municípios, ao possibilitar a comercialização dos produtos de origem animal em todo território nacional, facilitar a produção e a inserção dos produtos da agricultura familiar no

---

<sup>8</sup> A suspensão das atividades do Projeto de Apoio a Gestão Social (SDT/Plural) ocorreu devido a vigência do Decreto Presidencial nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, por mais 60(Sessenta) dias, o que levou a Caixa Econômica Federal (CEF) a manter a suspensão, preventivamente, de todos os desbloqueios de recursos disponíveis de todos os Contratos de Repasses firmados com as entidades conveniadas com o Governo Federal e também pelo processo de prestação de contas da Plural junto à CEF.

mercado formal, no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ainda na legalização e implantação de novas agroindústrias.

O público presente atingiu aproximadamente 60 pessoas, constituído por integrantes do CODETER-NP, representantes de prefeituras municipais e agricultores familiares do Território, entretanto poderia ter atingido um número maior de participantes, mas o desconhecimento do assunto e o desinteresse, principalmente das Prefeituras, resultou na ausência de muitos municípios.

Diante dos questionamentos levantados durante a reunião definiu-se a criação do Grupo de Trabalho SUASA com a função de acompanhar as demandas referentes a esta questão. O grupo constituiu-se paritariamente entre a sociedade civil e o poder público. Este grupo definiu que um modelo padrão de SIM fosse proposto aos municípios, pois este é pré-requisito para implantação do SUASA. O Grupo voltou a se reunir para avaliar o interesse dos municípios em participar do sistema, já que este deveria ser efetivado por meio de um consórcio intermunicipal e apenas seis municípios se interessaram. Foi proposto que estes se reunissem na presença de um representante da DFDA-SP, mas devido a necessidade da Delegacia obter mais informações relacionadas à formalização de consórcios para o SUASA, solicitou-se a prorrogação dessa reunião e um levantamento sobre as cadeias produtivas de origem animal e dos serviços de inspeção municipais existentes no Território.

Para este levantamento elaborou-se um questionário, o qual foi enviado aos representantes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) no CODETER-NP para solicitarem as informações aos 36 municípios pertencentes ao Território através dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jales e Fernandópolis, o que não foi de fácil acesso. O número de questionários respondidos foi baixo, o que dificultou levantar as informações necessárias. Foram realizados mais alguns contatos com a DFDA-SP na tentativa de desenvolver a implantação do SUASA no Território, mas devido a mudanças na equipe de trabalho da DFDA-SP, a dificuldade de mobilização dos municípios e a suspensão das atividades do convênio MDA/Plural, o Grupo de Trabalho SUASA acabou se desarticulando e conseqüentemente as articulações para implantação do SUASA.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível observar diversas dificuldades no desenvolvimento das atividades realizadas pela Câmara durante o ano de 2011, como a organização, a desmobilização dos

atores, a dificuldade de locomoção destes, a alteração da equipe da DFDA-SP e a suspensão das atividades do convênio MDA/Plural. Entre estas dificuldades, entretanto, algumas foram mais relevantes que as outras.

A situação de alteração na equipe da DFDA-SP e a suspensão das atividades do Projeto foram muito prejudiciais no desenvolvimento geral do Território, pois muitas atividades planejadas e em curso foram paralisadas, o que ocasionou a desmobilização dos atores já envolvidos.

Entretanto também foi possível observar que os assuntos tratados pela Câmara Temática de Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente foram de grande importância para o Território e a realização das atividades descritas durante o ano de 2011 significaram um avanço para esta Câmara, pois a mesma proporcionou o encaminhamento de propostas para os problemas apresentados pelos agricultores familiares.

Ao considerarmos a atividade de mobilização para alteração na legislação que obriga a apresentação do termo de outorga do uso da água, esta foi de grande relevância para o Território, já que este possui municípios com sua economia alicerçada nas atividades agropecuárias, realizadas nas pequenas propriedades rurais que exploram a produção de hortaliças, frutas e a atividade de pecuária leiteira, sendo que a exigência do termo de outorga, com os custos aqui apresentados para a sua aquisição prejudica a todos os pequenos agricultores do Território. A atividade referente à apresentação do SUASA também mostrou-se também muito oportuna e relevante, já que este era desconhecido por grande parte do Território e a sua importância e necessidade de implantação foi incitada nos municípios.

Contudo a organização da Câmara não se fortaleceu e as dificuldades na mobilização dos atores sociais ainda deve ser o foco principal na realização das atividades no Território, já que durante a organização e a realização das atividades predominou a presença de um pequeno número de pessoas e muitas reuniões esvaziadas. Para que esse fortalecimento aconteça é necessário que a DFDA-SP e a SDT apoiem financeiramente as atividades no Território.

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. MDA/IICA - Brasília: Condraf, NEAD, 2003. 36 p. (Textos para Discussão, 4). Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-nead/publicacoes/arquivo\\_253.pdf](http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-nead/publicacoes/arquivo_253.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Informações Territoriais – MDA/SDT/SIT. **Imagens/mapas**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – MDA/SDT. **Balanco de gestão : resultados das ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010**. Brasília, 2010a. 107 p. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/271/BALAN%20O%20SDT\\_FINAL\\_PRONTO%2014.12.2010.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/271/BALAN%20O%20SDT_FINAL_PRONTO%2014.12.2010.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços - MDA/SDT/Plural. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Noroeste Paulista (SP) – versão preliminar**. Novembro de 2010. São Paulo: Plural, 2010b. 29 p. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – MDA/SDT. **Colegiados territoriais: guia para a organização social dos territórios**. Documento de apoio 5. Brasília, 2010c. 48 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – MDA/SDT. **Territórios rurais: sobre o Programa**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Informações Territoriais – MDA/SDT/SIT. **Territórios rurais**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil – avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. 220 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12). Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/131/S%C3%A9rie%20DRS%20vol%2012%20-20Pol%C3%ADticas%20de%20Desenvolvimento%20Territorial%20Rural%20no%20Brasil%20-%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2012.

MEDEIROS, L. S.; DIAS, M. M. Introdução. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. 236 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 14). Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/133/...>>. Acesso em: 10 jul. 2012.